

O IMPACTO DAS ELEIÇÕES NOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Sandy Félix Pereira¹ | <https://orcid.org/0009-0004-6193-8622>
Gilberto Crispim Silva¹ | <https://orcid.org/0000-0002-3177-7897>
Celma Duque Ferreira¹ | <https://orcid.org/0000-0002-6112-1821>

Submetido: 27/10/2026 | Aprovado: 02/12/2026 | Publicado: 04/09/2026

Editora associada: Dra Vera Lúcia Cruz

DOI: <https://dx.doi.org/10.18265/2526-2289a2026id9276>

Resumo - Este estudo tem o objetivo de analisar o comportamento dos gastos públicos nos cem menores municípios brasileiros, em população, entre 2013 e 2023, com enfoque na evolução média das despesas empenhadas nos períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. A pesquisa classifica-se como quantitativa, descritiva e documental, utilizando dados oficiais do IBGE e STN. Foram coletadas informações sobre receitas realizadas e despesas públicas, segmentadas por funções, e realizada regressão múltipla, para investigar os impactos do ciclo eleitoral nas finanças municipais. Os resultados encontrados indicam que, em geral, os gastos públicos são majorados em áreas estratégicas como saúde, educação e infraestrutura durante e após os anos eleitorais. Observou-se um padrão de comportamento oportunista dos gestores municipais, que utilizam o orçamento para influenciar eleitores, privilegiando áreas de maior visibilidade política e restringindo investimentos em setores menos imediatos, como ciência, tecnologia e cultura. A pandemia da Covid-19 entre 2020 e 2021 agravou esse cenário, aumentando expressivamente os gastos em saúde e assistência social, evidenciando a fragilidade fiscal dos pequenos municípios. As implicações práticas deste estudo apontam para a necessidade de aprimorar mecanismos de controle fiscal e transparência na gestão pública municipal, além de fomentar a capacitação técnica dos gestores para reduzir comportamentos oportunistas e assegurar maior sustentabilidade fiscal. Teoricamente, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento sobre ciclos político-orçamentários em contextos de alta dependência fiscal e limitada capacidade administrativa, ampliando as análises sobre os impactos políticos, econômicos e sociais. Ademais, os resultados servem como base para formulação de políticas públicas mais eficientes e para o fortalecimento da fiscalização por órgãos competentes, promovendo maior responsabilidade, por parte dos governos municipais, na alocação dos recursos públicos.

Palavras-chave: Gastos públicos municipais; Despesas empenhadas; Períodos de eleição; ciclos eleitorais; e Ciclo orçamentário público.

THE IMPACT OF ELECTIONS ON MUNICIPAL PUBLIC SPENDING: AN ANALYSIS IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES

Abstract - This study aims to analyze the behavior of public spending in the one hundred smallest Brazilian municipalities by population between 2013 and 2023, focusing on the average evolution of expenses incurred during the pre-election, election, and post-election periods. The research is classified as quantitative, descriptive, and documentary, using official data from IBGE and STN. Information on realized revenues and public expenses, segmented by functions, was collected, and multiple regression was performed to investigate the impacts of the electoral cycle on municipal finances. The results indicate that, in general, public spending increases in strategic areas such as health, education, and infrastructure during and after election years. An opportunistic behavior pattern of municipal managers was observed, who use the budget to influence voters, favoring areas of greater political visibility and restricting investments in less immediate sectors, such as science, technology, and culture. The Covid-19 pandemic between 2020 and 2021 aggravated this scenario, significantly increasing spending on health and social assistance, highlighting the fiscal fragility of small municipalities. The practical implications of this study point to the need to improve fiscal control mechanisms and transparency in municipal public management, as well as to promote technical training for managers to reduce opportunistic behaviors and ensure greater fiscal sustainability. Theoretically, the research contributes to advancing knowledge about political-budgetary cycles in contexts of high fiscal dependence and limited administrative capacity, broadening the analyses of political, economic, and social impacts. Furthermore, the results serve as a basis for formulating more efficient public policies and strengthening oversight by competent bodies, promoting greater accountability by municipal governments in the allocation of public resources.

Keywords: Municipal public spending and expenses; Electoral periods and cycles; and Public budget cycle.

¹ Universidade Federal de Goiás

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos como Sakurai e Menezes Filho (2008) investigam a influência do ciclo eleitoral sobre as despesas públicas em governos municipais, particularmente em países em desenvolvimento, com democracias jovens. Nesses contextos, os regimes são mais suscetíveis a manipulações fiscais com viés eleitoral, refletindo gastos com investimentos e infraestrutura, devido maior flexibilidade nas políticas fiscais, resultando em estruturas institucionais e fiscalização menos robustas, proporcionando maior liberdade aos gestores públicos para implementarem políticas adaptativas, porém aumentando, simultaneamente, a fragilidade e a vulnerabilidade a práticas fiscais irresponsáveis (Mendes, 2004; Brender e Drazen, 2005; Shi e Svensson, 2006).

Análises realizadas em contextos latino-americanos e europeus sinalizam que os gestores públicos tendem a ajustar seus gastos em função do calendário eleitoral, promovendo o aumento de despesas em períodos próximos às eleições com o objetivo de conquistar o apoio político (Guerra et al., 2024; Santos, 2021; Oliveira, 2014). No entanto, a maior parte dessas investigações concentra-se em regiões com instituições mais consolidadas ou grandes centros urbanos, deixando de lado o cenário específico dos menores municípios brasileiros, que apresentam características fiscais e políticas distintas, como menor capacidade administrativa, maior dependência de transferências externas e maior vulnerabilidade a práticas oportunistas (Santos, 2021; Souza, 2019).

O ambiente econômico e político de países em desenvolvimento é marcado por instituições governamentais frágeis, comportamentos oportunistas e clientelismo (Pelagidis e Mitsopoulos, 2009). Por exemplo, Chortareas *et al.* (2016) observaram um aumento nos gastos públicos em períodos eleitorais em municípios gregos, independentemente da filiação partidária do candidato.

A literatura especializada, contudo, apresenta divergências sobre o comportamento dos gastos públicos em períodos de eleições. Enquanto alguns estudos indicam que os governos perdem votos em períodos eleitorais (Nordhaus, 1975; Macrae, 1977), outros apontam aumento nas transferências de recursos entre governos do mesmo partido e elevação de impostos (Tufte, 1978; Blais e Nadeau, 1992). Há ainda pesquisas que encontraram aumento significativo nas despesas eleitorais (Guo, 2009; Conraria *et al.*, 2013; Goeminne & Smolders, 2013), e alguns não observam impacto relevante (Mendes, 2004; Sakurai, 2005; Sakurai e Menezes Filho, 2008).

A principal lacuna na literatura reside na ausência de estudos sobre os menores municípios brasileiros, que, devido ao seu tamanho e fragilidade institucional, podem intensificar comportamentos fiscais e políticos, contribuindo de forma diferenciada para o entendimento dos ciclos eleitorais no Brasil. Além disso, há uma escassez de análises que explorem as dimensões econômicas, políticas e sociais, bem como as implicações práticas e teóricas desses

comportamentos, especialmente em períodos marcados por mudanças institucionais e aumento da alocação de despesas em contextos eleitorais. Este artigo busca preencher essa lacuna, contribuindo de modo original ao analisar, o comportamento dos gastos públicos, em períodos eleitorais, nos cem menores municípios brasileiros, pelo critério populacional, no intervalo temporal de 2013 a 2023.

A relevância e a justificativa dessa pesquisa reside na importância de compreender como as despesas públicas são alocadas antes, durante e após as eleições, fornecendo subsídios fundamentais para auxiliar o poder legislativo na análise dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), promovendo a formulação de políticas públicas mais eficientes e transparentes. Além disso, amplia-se o entendimento acadêmico sobre o impacto das dinâmicas eleitorais na gestão fiscal local.

Do ponto de vista prático, este estudo orienta gestores públicos e legisladores na compreensão das estratégias de alocação de recursos em períodos eleitorais, fomentando a adoção de estratégias que promovam maior responsabilidade fiscal e sustentabilidade no longo prazo, ao mesmo tempo que fornece informações úteis para os eleitores em suas decisões de voto.

Na esfera teórica, o estudo enfatiza a importância de examinar os efeitos do ciclo político-orçamentário em contextos de menor escala, diferenciando do que já foi observado em centros urbanos e regiões mais desenvolvidos, contribuindo assim para o avanço do conhecimento sobre os efeitos do ciclo eleitoral nas finanças públicas municipais brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ciclo Eleitoral

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, após anos de ditadura militar, marcou o restabelecimento do regime democrático, possibilitando a participação ativa dos cidadãos na política brasileira. Em um sistema democrático, a população detém a responsabilidade de eleger o candidato que melhor represente os interesses coletivos (Puchale *et al.*, 2020). No entanto, na prática, os eleitores também baseiam suas decisões de voto nos benefícios que recebem.

A lacuna para o Brasil está na escassez de estudos voltados aos menores municípios, que, devido às limitações institucionais e econômicas, apresentam ciclos eleitorais com características específicas. Este estudo investiga o comportamento fiscal desse grupo, incluindo variáveis políticas, econômicas e sociais para compreender as dinâmicas locais e suas implicações práticas e teóricas.

Os governos, com interesses próprios, direcionam suas ações visando à reeleição ou fortalecimento político, demonstrando sua competência por meio da gestão de variáveis como inflação, desemprego e taxa de juros, utilizando-as estrategicamente para planejar políticas públicas,

ajustar orçamentos e promover o bem-estar social. Os candidatos utilizam variáveis orçamentárias para evidenciar sua capacidade de gerar benefícios e obter sucesso eleitoral (Puchale *et al.*, 2019).

Segundo Queiroz *et al.* (2019), a Teoria dos Ciclos Políticos surgiu da análise das relações entre economia, política e eleições, ajudando a compreender as decisões governamentais ao longo do ciclo eleitoral. Downs (1957), precursor dessa teoria, postula que partidos formulam políticas públicas para ganhar votos, exercendo funções públicas com fins privados, como renda, prestígio e poder, muitas vezes negligenciando impactos econômicos além da influência eleitoral.

Machado *et al.* (2022), destacam que após períodos eleitorais, os governantes precisam ajustar medidas econômicas expansionistas, tomadas anteriormente para maximizar votos e obter vantagens políticas, com o ciclo político eleitoral caracterizado pelo comportamento oportunista dos gestores públicos, em todos os níveis de governo. Wyse *et al.* (2022), corroboram essa tendência, ressaltando que tais práticas podem gerar instabilidade econômica, desperdício de recursos públicos, aumento da dívida, perda de credibilidade e impactos sociais negativos como desemprego e cortes de programas assistenciais.

Esse cenário político complexo leva os gestores públicos a sobrepor seus interesses particulares às necessidades sociais, identificados pelo desempenho financeiro durante o ciclo eleitoral (Fiirst *et al.*, 2018). Guerra *et al.* (2024), ilustram esses efeitos na América Latina, evidenciando a relevância do tema para reduzir as consequências negativas da manipulação econômica no período eleitoral.

Os ciclos eleitorais compreendem etapas que se desenvolvem ao longo de um período, renovando mandatos e efetivando a participação democrática. Com eleições regulares a cada quatro anos nos âmbitos Federal e Municipal, o conhecimento prévio dessas datas possibilita aos governantes ajustarem suas políticas públicas para obter avaliações favoráveis no momento da votação (Klein; Sakurai, 2015).

Nakaguma e Bender (2010) definem o ciclo eleitoral por variáveis que abrangem o ano anterior, o ano da eleição e o ano seguinte, especificando o ciclo eleitoral em sua totalidade, a fim de capturar as dinâmicas políticas e econômicas que refletem as prioridades governamentais e as relações de poder. Entender esses ciclos é fundamental para uma análise crítica da gestão pública, fortalecendo a democracia e aprimorando o manejo do orçamento público.

A influência do ciclo eleitoral nas despesas públicas apresenta resultados divergentes na literatura. Sakurai e Menezes Filho (2008) alegam maior propensão a manipulações fiscais em democracias jovens e países em desenvolvimento, devido a instituições frágeis e flexibilidade das

políticas fiscais. Mendes (2004) e Wyse *et al.* (2022), alertam para os riscos de déficit orçamentário e endividamento decorrentes dessa flexibilidade.

Enquanto latino-americanos (Guerra *et al.*, 2024; Santos, 2021) confirmam aumento dos gastos públicos em períodos eleitorais visando apoio político, mas com efeitos moderados por fatores regionais, capacidade administrativa e estrutura fiscal dos municípios (Souza, 2019). Chortareas *et al.* (2016) mostra que os municípios gregos independente da filiação partidária, apresenta ciclos eleitorais, indicando uma manifestação universal, porém com intensidades variadas.

Quanto ao impacto eleitoral, Nordhaus (1975) e Macrae (1977) sugerem que governos perdem votos em períodos eleitorais, contrapondo-se a Tufte (1978) e Blais e Nadeau (1992), que verificaram aumentos nas transferências e na arrecadação tributária. Além disso, Guo (2009) e Conraria *et al.* (2013) apontam para aumentos significativos das despesas em campanhas eleitorais, enquanto Sakurai (2005), não evidencia impacto relevante, destacando que o comportamento fiscal em eleições depende de múltiplos fatores contextuais.

2.2 Ciclo Orçamentário Público

O ciclo orçamentário público é um procedimento dinâmico e contínuo, que se desenvolve ao longo do tempo e se repete periodicamente. Segundo Orin Cope apud Sanches (1993, p. 2), essas fases incluem a preparação, votação, execução, avaliação e aprovação dos orçamentos futuros. Essa dinâmica reflete a natureza do orçamento público, compreendido como um instrumento político fundamental para estabelecer limites aos gastos públicos, atribuir responsabilidades e integrar mecanismos de freios para o controle social do poder delegado ao Estado (Sanches, 1993).

Na economia política destacam-se quatro modelos principais para interpretar o comportamento governamental diante das decisões econômicas, em períodos eleitorais: oportunista tradicional, partidário tradicional, oportunista racional e partidário racional (Puchale *et al.*, 2020).

No modelo oportunista tradicional os gestores adotam medidas de curto prazo com forte apelo popular, voltadas exclusivamente à reeleição, sem considerar orientações ideológicas. Já o modelo partidário tradicional prioriza convicções políticas, mesmo sem alinhamento ao calendário eleitoral. O modelo oportunista racional leva em conta eleitores propensos às facilidades oferecidas pelo governo, promovendo políticas expansionistas próximas as eleições (Puchale *et al.*, 2020). Por fim, o modelo partidário racional equilibra ideologia e pragmatismo político, conforme o contexto e demandas eleitorais (Puchale *et al.*, 2020).

Nesse cenário brasileiro, a Constituição Federal de 1988 trouxe importantes mudança no orçamento público, como a implementação do Plano Plurianual (PPA), a participação do Legislativo

na definição de metas e estrutural divisão da Lei Orçamentária Anual (LOA) em três orçamentos distintos: Fiscal, de Investimentos das Estatais e da Seguridade Social (Maciel *et al.*, 2025). Essa descentralização, embora fundamental para a federação, impõe desafios para a coordenação fiscal e potencializa a ocorrência de ciclos políticos em múltiplas esferas administrativas.

O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais (Fernandes; Souza, 2019), levando a ação do Estado ao bem comum, promovendo controle social e fiscalização pelos órgãos competentes. O orçamento reflete as prioridades do Governo, sendo fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. A gestão eficaz exige sustentabilidade e transparência na aplicação dos recursos, elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social (Wyse *et al.*, 2022).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece os princípios básicos para a gestão correta dos recursos públicos, buscando a sustentabilidade fiscal e a minimização de ciclos políticos oportunistas, sobretudo, na gestão pública, em níveis municipais (Machado *et al.*, 2022). O equilíbrio fiscal e orçamentário é fundamental para garantir a estabilidade econômica e o crescimento sustentável. Déficits orçamentários persistentes, resultantes de políticas fiscalmente irresponsáveis, prejudicam o emprego, o investimento e o controle da inflação (Guerra *et al.*, 2024).

Os modelos teóricos de Ciclos Políticos Econômicos (CPE) ressaltam a conexão entre as políticas econômicas e interesses eleitorais, indicando que os governantes manipulam instrumentos econômicos para demonstrar competência aos eleitores e maximizar votos. A economia iria operar induzida por ciclos políticos com fases restritivas e expansionistas ao longo dos mandatos (Guerra *et al.*, 2024).

Diante disso, o ciclo eleitoral influencia profundamente o ciclo orçamentário, impactando a gestão fiscal e a execução de políticas públicas, podendo trazer consequências para a estabilidade econômica e o bem-estar social. Apesar das normas e dispositivos legais, municípios, especialmente os de menor porte, ainda enfrentam dificuldades para assegurar coordenação eficaz e sustentabilidade fiscal (Machado *et al.*, 2022; Maciel *et al.*, 2025).

2.3 Despesas Públicas

As despesas públicas são os gastos realizados pelo Estado para custear serviços e políticas públicas que visam o bem-estar da população e o desenvolvimento do país. Seu objetivo é atender às necessidades coletivas da sociedade, incluindo investimentos em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura e assistência social.

Segundo Sanches (1993), a despesa pública consiste na soma dos gastos ou inversões de numerário efetuados pelo Estado para atender demandas econômicas e sociais, além de cumprir responsabilidades institucionais. Tais despesas são executadas por autoridades competentes, mediante autorização do Poder Legislativo, por meio de leis orçamentárias ou de crédito adicionais. As despesas públicas são classificadas por sua natureza, distinguindo-se entre despesas correntes, destinadas à manutenção do funcionamento governamental, e despesas de capital, voltadas para o aumento do patrimônio, e conforme a área, indicando o setor de aplicação dos recursos como saúde, educação ou segurança.

O sistema estruturado de classificação da despesa pública, conforme Fernandes e Souza (2019), visa promover informação, transparência e controle social, respondendo a questões fundamentais sobre a aplicação dos recursos, responsável pela definição de onde e como o dinheiro será utilizado e se está previsto no orçamento anual. A eficiência na aplicação dos recursos é essencial para garantir que os serviços públicos cheguem à população de forma eficaz e transparente, alcançando os objetivos governamentais.

Guelman Davis *et al.* (2021), ressalta que, independentemente do tamanho do aparato estatal, o Estado é responsável por atender necessidades que os indivíduos não conseguem satisfazer sozinhos, por meio das despesas públicas. Para garantir a sustentabilidade desses serviços públicos, é fundamental manter as contas públicas equilibradas, evitando déficits que comprometam a qualidade e continuidade dos atendimentos necessários. Entretanto, observa-se uma tendência crescente de aumento das despesas públicas, acarretando, frequentemente, déficits orçamentários (Guelman Davis *et al.*, 2021). Essa conjuntura tem fomentado estudos sobre a eficiência do gasto público e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico.

O endividamento público ocorre quando as despesas superam as receitas do Ente público, frequentemente por ausência de restrições orçamentárias (Mendonça *et al.*, 2013). A persistência de gastos superiores às receitas provoca atrasos no pagamento a fornecedores e funcionários, gerando, assim, um déficit orçamentário (Wyse *et al.*, 2022), com consequências negativas, como aumento da dívida pública, perda de credibilidade da administração, paralisação ou redução de serviços essenciais, dificuldade em obter crédito futuro e risco judicial. Para os fornecedores, essa inadimplência gera dificuldades financeiras e desinteresse em futuras contratações. Para os funcionários, gera insegurança financeira, desmotivação e potencial queda na produtividade. Em âmbito mais amplo, reduz a atividade econômica e provoca impactos sociais negativos.

Historicamente após a Segunda Guerra Mundial, excessos governamentais resultaram em déficits sistemáticos e a estagflação na década de 1970. Modelos econômicos tradicionais passaram

a utilizar a relação da dívida pública com o PIB para indicar sustentabilidade fiscal. Nesse contexto, as despesas públicas desempenham papel importante especialmente se elevadas e persistentes, pois tendem a aumentar o endividamento do Governo ao longo do tempo (Oliveira *et al.*, 2022). Embora os períodos estratégicos de investimento ocorrem em municípios onde partidos foram reeleitos e que gozam de melhores condições fiscais, há a deterioração fiscal nos anos pós-eleitoral, evidenciando a assimetria informacional dos ciclos político-orçamentários (Bartoluzzio *et al.*, 2020).

Atender às demandas sociais, requer do Estado responsabilidade na gestão da dívida para preservar o equilíbrio financeiro, essencial ao funcionamento da máquina pública. A ausência de controles legais e a má gestão pública leva municípios a desequilíbrios, com impactos maiores nas localidades com gestões irresponsáveis e falhas nos objetivos planejados (Hamada *et al.*, 2019).

Em resposta, a LRF estabelece normas de finanças públicas para assegurar gestão fiscal responsável, impondo limites ao endividamento. A inadimplência orçamentária afeta diretamente a população, pois compromete recursos indispensáveis à educação, saúde e segurança, castigando investimentos, administração pública e folha salarial (Hamada *et al.*, 2019). O comprometimento ocorre, pois, parcela crescente do orçamento é consumida pelo pagamento de juros e amortização da dívida, restringindo a capacidade do Governo de realizar novos investimentos e manter a qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade.

No contexto de maior responsabilidade fiscal e eficiência na gestão dos recursos públicos, a escala do gasto surge como importante variável para atender os efeitos da descentralização fiscal. Quanto maior a escala do gasto, maior é a eficiência fiscal, porém médias agregadas podem mascarar variações significativas entre municípios com gastos discrepantes (Sousa; Monte, 2021).

Nesse cenário, o ciclo eleitoral pela influência política sobre decisões econômicas impacta diretamente o ciclo orçamentário público e a gestão das despesas, podendo comprometer a estabilidade econômica e o bem-estar social a longo prazo. Instrumentos legais como a LRF buscam reduzir esses efeitos, promovendo gestão fiscal mais responsável e transparente dos recursos públicos, essencial para fortalecer a democracia e garantir uma gestão pública mais eficiente e alinhada com as necessidades da sociedade.

2.4 Estudos Similares

Quadro I – Tabela - Estudos similares à pesquisa.

Ano	Autor(es)	Tema / Objetivo	Metodologia/ Amostra	Principais Achados
1957	Downs	Teoria econômica da ação política	Modelo teórico e dedutivo	Explica comportamento racional de eleitores e partidos na busca por votos
1993	Sanches <i>et al.</i>	Análise do ciclo orçamentário brasileiro	Revisão teórica e legal	A Constituição de 1988 alterou significativamente o ciclo orçamentário, destacando planejamento e controle
2010	Nakaguma e Bender	Ciclos eleitorais e percepção do eleitor	Regressão em painel, municípios Sul do Brasil, 2015-2018	O eleitorado recompensa o oportunismo fiscal, com atenuação ao longo das eleições
2013	Mendonça <i>et al.</i>	Estrutura da dívida pública brasileira	Análise econométrica dados macroeconômicos	A gestão da dívida impacta credibilidade fiscal e custos financeiros
2015	Pinto <i>et al.</i>	Endividamento municipal e desenvolvimento socioeconômico	Análise fatorial e regressão quantílica, municípios RS	O desenvolvimento econômico e hospitalar influencia positivamente a gestão eficiente de recursos
2015	Klein e Sakurai	Limites de mandato e ciclos orçamentários nos municípios	Dados em painel 1997-2008	A limitação de mandato reduz ciclos orçamentários e incentiva maior estabilidade fiscal
2019	Hamada <i>et al.</i>	Endividamento e conformidade com a LRF no município de Belo Horizonte	Estudo de caso, análise documental 2002-2017	O município de BH controlou endividamento conforme legislação vigente
2019	Fiirst <i>et al.</i>	Influência de fatores políticos no desempenho fiscal dos municípios	Regressão painel, municípios Paraná 2013-2016	O ano eleitoral associa-se à melhor desempenho fiscal e possível comportamento oportunista dos gestores
2019	Fernandes e Souza	Análise detalhada do ciclo orçamentário brasileiro	Revisão documental	O ciclo orçamentário complexo é fundamental para gestão pública eficaz e transparente
2019	Queiroz <i>et al.</i>	Influência do mandato eleitoral sobre gastos públicos estaduais	Regressão painel, dados 2003-2014, 26 estados	O comportamento oportunista restringe o primeiro mandato dos governadores, há aumento nos investimentos em períodos eleitorais
2020	Bartoluzzio e Anjos	Influência de incentivos político-eleitoreiros na gestão fiscal	Modelos econométricos, painel 425 municípios, 2006-2016	Os partidos reeleitos não ampliam investimentos, mas mantêm estrutura pessoal mais sustentável e liquidez, deterioração do desempenho fiscal no período pós-eleitoral
2020	Puchale <i>et al.</i>	Ciclos político-econômicos sobre gastos sociais e investimentos	Modelo econométrico painel, estados 2003-2014	Os gastos em investimentos são influenciados por ciclo eleitoral, já a ideologia partidária foi pouco relevante nos gastos investigados
2021	Guelman Davis e Sousa	Eficiência alocativa do gasto público municipal	Mineração de dados, amostra nacional 2010-2017	Identificação de padrões regionais relevantes em áreas como educação saúde, como a importância de despender recursos na formação dos docentes e discrepâncias no desempenho do SUS

2021	Sousa <i>et al.</i>	Impacto da descentralização fiscal sobre composição do gasto	Regressão quantílica, municípios 2000-2016	A descentralização fiscal afeta os gastos públicos, as receitas tributárias promovem o aumento do gasto em funções de administração e gastos sociais.
2022	Machado <i>et al.</i>	Ciclos políticos orçamentários e LRF em municípios do Sul do Brasil	Regressão de painel, municípios Sul 2015-2018	Os municípios que descumpriram a LRF têm menor controle fiscal, corroborando com a teoria dos ciclos políticos
2022	Wyse <i>et al.</i>	Impacto dos ciclos políticos orçamentários sobre a dívida pública	Painel, municípios RS 2005-2016	Os gastos públicos elevam dívida municipal no período pré-eleitoral, já no ano da eleição esse efeito não se demonstrou significativo
2022	Oliveira <i>et al.</i>	Sustentabilidade da política fiscal brasileira	Modelo econométrico VECM e MS-VECM 1999-2021	A rigidez fiscal impulsionado pela expansão dos gastos obrigatórios leva a autoridade fiscal a utilizar os gastos discricionários como instrumento contra os ciclos políticos
2024	Guerra, Junior e Aragón	Ciclos político-orçamentários na América Latina	Dados painel 1990-2017, 19 países latino-americanos	Resultados macroeconômicos e fiscais são influenciadas por ciclos político-econômicos, nos anos iniciais os Governos tiveram redução no crescimento do PIB, desaceleração da inflação e melhora na arrecadação de tributos
2025	Maciel <i>et al.</i>	Evolução dos gastos públicos e IDH no Pará	Dados financeiros e sociais 2013-2016, 81 municípios	o crescimento do gasto público em pequenos municípios não refletiu melhora significativa no índice de desenvolvimento humano (IDH)

Fonte: Elaboração própria (2025)

2.4.1 Análise comparativa dos estudos similares

A literatura sobre ciclos políticos eleitorais e gestão fiscal de gastos públicos em municípios e estados brasileiros tem se desenvolvido significativamente ao longo das últimas décadas, com estudos que vão desde modelos teóricos clássicos até análises empíricas rigorosas.

Estudos pioneiros, como Downs (1957), estabeleceram a base teórica da ação política racional, apontando que agentes políticos buscam maximizar votos por meio de políticas públicas. Sanches *et al.* (1993) trouxeram importante contribuição jurídica e administrativa ao detalhar o ciclo orçamentário brasileiro após a Constituição de 1988, destacando a importância do marco legal, a complexidade do processo e a necessidade de planejamento e transparência para uma gestão eficiente. No plano empírico, múltiplos trabalhos avaliam os impactos de eleições sobre o desempenho fiscal, apresentando resultados diversos.

Os trabalhos empíricos posteriores, como Mendonça *et al.* (2013), Pinto *et al.* (2015) e Klein e Sakurai (2015), exploraram questões relacionadas à gestão fiscal municipal, como a sustentabilidade da dívida pública, o impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre o endividamento e a influência dos limites de mandato na dinâmica dos ciclos eleitorais. Esses estudos evidenciaram que municípios com melhor gestão controlam melhor o endividamento e que as

restrições institucionais, como limites de mandatos, podem reduzir comportamentos oportunistas.

Ainda mais recentes, os estudos de Fiirst *et al.* (2019), Bartoluzzio e Anjos (2020) e Puchale *et al.* (2020) reforçam a existência de estratégias fiscais oportunistas em anos eleitorais, especialmente no que tange ao aumento de investimentos visíveis à população. Porém, essas estratégias são frequentemente seguidas por ajuste fiscal nos anos pós-eleitorais, caracterizando ciclos eleitorais de expansão e posteriores contrações dos gastos públicos. Bartoluzzio e Anjos (2020) destacam, ainda, que partidos reeleitos manejam melhor a liquidez e estrutura de pessoal durante os ciclos políticos, observando deterioração fiscal apenas após as eleições.

Guelman Davis e Sousa (2021) e Sousa *et al.* (2021) ampliam o debate trazendo técnicas de mineração de dados e análises da descentralização fiscal, mostrando que a eficiência do gasto varia significativamente por região e pelas características locais, com diferentes efeitos sobre investimentos e gastos correntes, como saúde e educação. Machado *et al.* (2022) e Wyse *et al.* (2022), por sua vez, destacam os impactos negativos do descumprimento da LRF, atrelando maior fragilidade fiscal a municípios que extrapolam limites legais, especialmente em contextos eleitorais.

Guerra, Junior e Aragón (2024) oferecem uma perspectiva regional, ampliada para países latino-americanos, alegando que embora ciclos político-econômicos influenciam os resultados fiscais, eles não necessariamente levam a uma expansão generalizada dos gastos em anos eleitorais, sugerindo uma heterogeneidade setorial e institucional considerável.

Os estudos de Oliveira *et al.* (2022) e Maciel *et al.* (2025) discutem a sustentabilidade fiscal e os efeitos sociais dos gastos públicos, reforçando que rigidez fiscal e aumento dos gastos são fatores críticos que comprometem a saúde fiscal e que, no caso dos municípios paraenses, o aumento das despesas não necessariamente se traduz em melhora no índice de desenvolvimento humano (IDH), apontando para desafios na eficiência do gasto.

Dessa forma, conclui-se que os estudos convergem na existência de ciclos eleitorais que impactam a gestão fiscal municipal no Brasil, manifestando-se sobretudo em aumentos de gastos e investimentos em anos eleitorais, seguido de ajustes fiscais. As divergências surgem quanto à intensidade desses efeitos, à participação da ideologia partidária e à capacidade de municípios menores resistirem às pressões políticas. Esse estudo visa contribuir para a literatura ao focar nos cem menores municípios brasileiros, ampliando o entendimento das particularidades destes contextos menos explorados, integrando dimensões políticas, econômicas e sociais, e evidenciando padrões de comportamento fiscal associados ao ciclo eleitoral nessa escala.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritiva e documental, com foco em analisar os impactos dos ciclos eleitorais nos gastos públicos

dos municípios brasileiros de pequeno porte, utilizando um conjunto de dados sobre finanças públicas com o objetivo de verificar ocorrências positivas nas despesas empenhadas, gastos com investimentos e captação de empréstimos em períodos eleitorais.

A população-alvo compreende todos os municípios brasileiros com população de até cem mil habitantes em cada unidade federativa. A amostra final foi composta pelos cem menores municípios, selecionados com base em critérios estatísticos de representatividade, considerando a distribuição geográfica, o porte populacional e a disponibilidade completa de dados nos bancos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O processo da amostra contemplou a exclusão de municípios com informações incompletas, inconsistentes ou com variações populacionais significativas, no período de 2013 a 2023, de modo a garantir a homogeneidade e a representatividade das análises.

Os dados foram coletados das bases oficiais do IBGE, responsável pela identificação dos municípios e suas características demográficas e regionais que atendem os pressupostos da amostra, e da STN, especificamente nas pastas do FINBRA (Finanças do Brasil) e do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), a partir dos quais foram extraídas informações detalhadas e os valores correspondentes às variáveis: (i) receitas correntes e receitas de capital; e (ii) despesas empenhadas por função, abrangendo áreas como legislação, judiciário, administração, segurança pública, assistência social, previdência social, saúde, educação, cultura e cidadania, trabalho, lazer, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, indústria, comércio e serviço, comunicações, energia, transporte e encargos especiais.

A análise dos dados iniciou-se pela etapa descritiva, para conhecer o comportamento das despesas por função, utilizando técnicas estatísticas para identificar tendência e padrões particulares nos períodos eleitorais (pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral). Essa abordagem possibilitou uma visualização clara das variações temporais, permitindo o diálogo dos resultados apresentados em estudos anteriores, evidenciando coexistência e variações nos ciclos eleitorais nas finanças públicas.

Para a análise inferencial, foi adotado o modelo de regressão múltipla, visando investigar e mensurar os impactos das variáveis políticas e socioeconômicas nas despesas públicas por função. As variáveis dependentes contemplaram os montantes gastos nas diversas funções públicas, enquanto as independentes incluíram o ano, a fase do ciclo eleitoral, o grau de dependência de transferências, o nível de endividamento e indicadores socioeconômicos, como o IDH.

Antes da estimação do modelo, foram realizados testes de pressupostos, incluindo análise de normalidade, testes de heterocedasticidade por Breusch-Pagan, e avaliação de multicolinearidade. Os dados faltantes foram tratados através de técnicas de imputação por média ou mediana conforme o perfil da variável, e outliers foram mitigados mediante winsorização em 1%, reduzindo

os impactos extremos que poderiam induzir os resultados.

Essa abordagem metodológica permite uma análise aprofundada do impacto dos ciclos eleitorais nas finanças públicas municipais, relacionando os achados com estudos anteriores e contribuindo para a formulação de recomendações para a sustentabilidade na gestão fiscal e a transparência na política pública. O estudo fomenta o debate sobre o tema proposto, considerando a falta de consenso na literatura especializada sobre o comportamento dos gastos públicos em períodos eleitorais, nos municípios de menor porte.

Os resultados esperados estão centrados no diagnóstico das despesas por função antes, durante e após eleições, podendo motivar futuras pesquisas e servir de base para análise das despesas públicas pelos tribunais de contas e pelo poder legislativo, no exercício de sua função fiscalizatória. Além de fornecer aos eleitores informações adicionais para avaliar a gestão dos candidatos no processo de decisão de seu voto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O comportamento das despesas públicas em períodos eleitorais é amplamente estudado nas ciências políticas e econômicas, onde há evidências sólidas da existência de um "ciclo político-econômico." Durante períodos eleitorais, os governos tendem aumentar os gastos públicos para influenciar eleitores e melhorar as suas chances de reeleição. No entanto, essa estratégia, apesar de potencialmente eficaz no curto prazo, pode acarretar consequências fiscais negativas a longo prazo, como aumento da dívida pública e necessidade de ajustes fiscais após as eleições.

Além desse padrão clássico, é essencial considerar eventos externos que impactaram os municípios no período analisado, como a pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021, que provocou aumentos expressivos nos gastos voltados à saúde e assistência social. Esses fatores excepcionais influenciam significativamente os padrões tradicionais de despesa, tornando a análise complexa.

Tabela I – Receita Média de 2013 a 2023 por região.

Região	Receita Corrente			Receita de Capital		
	Própria	Transferência	%	Própria	Transferência	%
Norte	70.842.868	55.534.480	44	4.382.945	3.987.704	48
Nordeste	29.574.689	26.028.433	47	1.407.916	987.023	41
Sul	19.632.399	17.127.369	47	1.405.913	1.136.690	45
Sudeste	64.695.784	53.614.818	45	2.027.680	1.867.147	48
Centro Oeste	36.294.582	29.693.484	45	1.592.331	1.397.708	47
Total	221.040.322	181.998.584	44	10.816.785	9.376.272	46

Fonte: Elaboração própria (2025)

Ao observar o comportamento dos gastos públicos, analisando as receitas médias em períodos eleitorais, entre 2013 e 2023, nos cem menores municípios brasileiros, discriminadas por regiões (Tabela 1), nota-se um cenário desigual nas regiões brasileiras, com as regiões Norte e

Nordeste apresentando maior dependência de transferências de outras esferas, tanto para receitas correntes quanto para receitas de capital, evidenciando menor capacidade de arrecadação própria e, consequente, maior vulnerabilidade e fragilidade estrutural desses municípios para custear serviços, atividades e investimentos essenciais.

As regiões Sul e Centro Oeste demonstram um equilíbrio razoável entre receitas próprias e transferências, tanto para correntes quanto para capital, sugerindo dependência mista para financiamentos. A região Sudeste apresenta uma receita corrente relativamente alta e boa proporção de receitas próprias. Esse padrão pode ser reflexo de diferenças na capacidade de arrecadação e necessidades de financiamento entre as regiões, uma vez que as alterações nas políticas de repasse impactam diretamente o financiamento municipal e a execução de projetos locais.

No contexto nacional, apesar das variações regionais, há dependência significativa de transferências para receitas correntes e de capital, permanecendo um elemento central para a maioria dos municípios, indicando que políticas federais e estaduais de repasse desempenham papel decisivo na sustentabilidade fiscal local. Essa realidade aponta para a necessidade de estratégias que ampliem a capacidade de arrecadação e gestão fiscal nos municípios mais vulneráveis.

Esse padrão reforça achados da literatura, sinaliza que os municípios altamente dependentes de transferências governamentais tendem a apresentar ciclos eleitorais mais intensos, tal fenômeno decorre da menor autonomia financeira dessas localidades para planejar seus orçamentos de forma estável e independente, favorecendo a adoção de estratégias eleitorais oportunistas.

Tabela II – Evolução Média da receita total no período de 2015-2021.

Região	Receita total 2013-2023	Média 2015-2021	Ano de eleição	Antes eleição	Durante eleição	Depois eleição
Norte	192.459.498.534	28.932.576	2016	22.674.768	22.998.652	24.846.089
			2020	30.086.882	37.333.356	39.511.778
Nordeste	165.074.298.726	13.217.575	2016	10.570.163	11.729.353	11.387.879
			2020	14.183.208	14.813.513	17.175.933
Sul	64.033.785.789	8.576.097	2016	6.699.963	7.470.470	7.755.290
			2020	9.033.128	9.416.965	10.947.306
Sudeste	259.290.849.502	25.704.237	2016	22.582.645	19.203.502	22.019.050
			2020	29.712.567	26.843.778	35.222.095
Centro Oeste	111.923.649.470	14.917.792	2016	10.939.953	13.626.146	13.472.002
			2020	14.763.424	17.349.915	19.864.448
Total	1.052.280.776.497	18.071.499	2016	14.495.310	14.918.442	15.738.662

Fonte: Elaboração própria (2025)

A Tabela 2 evidencia a evolução média da receita total entre 2015 e 2021, oferecendo dados sobre a receita média, segmentada por períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, para cada região. As regiões Norte e Nordeste, demonstraram um aumento significativo, nas receitas totais, durante o período eleitoral em 2020, comparado com 2016, sugerindo uma intensificação na

movimentação financeira e maior alocação de recursos, provavelmente para ampliação de investimentos e gastos sociais com apelo eleitoral.

Nas regiões Sul e Centro Oeste, há um aumento na receita durante o período eleitoral, especialmente em 2020, apontando um aumento de recursos alocados em ano eleitoral. Na região Sudeste, as receitas foram menores durante as eleições de 2016, em comparação aos períodos pré e pós-eleitorais, mas apresentaram um aumento significativo no pós-eleição de 2020, indicando que as receitas ligadas ao ciclo eleitoral podem ter sido mais expressivas após o pleito.

Em nível nacional, observa-se um padrão de crescimento das receitas totais durante os períodos eleitorais, com destaque para o ano de 2020. Essa tendência, visível em quase todas as regiões, mostra que os ciclos eleitorais provocam maior movimentação financeira e realocação de recursos, visando incrementar investimentos em serviços públicos e infraestrutura a fim de atrair votos, além da influência potencial de transferências adicionais provenientes de outras esferas.

Esses dados evidenciam que as eleições exercem forte pressão sobre a dinâmica fiscal dos municípios brasileiros, reforçando a necessidade de maior rigor e transparência no planejamento e controle fiscal para mitigar impactos oportunistas e assegurar a sustentabilidade financeira.

Tabela III – Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região Norte.

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	9.155.810	8.500.425	9.359.504	10.589.993
Agricultura e organização agrária	779.350	716.025	857.573	815.259
Assistência social (“)	1.717.440	1.567.334	1.752.246	1.981.733
Ciência e tecnologia	326.102	128.727	70.098	86.554
Comunicação e propaganda	104.195	95.607	94.210	122.847
Cultura (*)	368.921	385.321	382.665	351.109
Educação	19.136.148	18.769.122	17.890.697	22.134.161
Encargos dívida	1.559.779	1.366.521	1.613.004	1.928.804
Energia e iluminação pública	508.789	442.496	556.482	599.686
Gestão ambiental	516.433	615.791	664.647	927.149
Habitação	345.937	361.780	515.794	431.815
Indústria, comércio e serviços	250.955	226.146	300.583	190.843
Judiciário	1.105.263	1.235.571	1.008.928	1.001.793
Legislação	1.894.908	1.791.540	1.872.022	2.124.559
Previdência social	3.677.644	3.196.644	3.892.349	4.273.803
Saneamento	660.461	1.298.415	1.400.948	1.091.069
Saúde	12.876.913	11.252.153	13.459.648	15.046.652
Segurança pública	826.061	862.979	330.793	1.275.063
Transporte	1.576.987	1.222.869	1.559.390	1.985.914
Urbanismo	3.178.922	5.289.743	6.199.196	6.238.540
Outros	41.131	-	-	41.131
Média de gastos na região	4.436.488	4.102.267	4.461.438	5.129.930

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nota: (*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (“) assistência social + trabalho

A Tabela 3 apresenta a evolução média das despesas empenhadas, comparando os períodos antes, durante e após as eleições, entre 2015 e 2021. A análise dos dados revela que os gastos públicos se comportam em diferentes áreas e como isso varia em função dos ciclos eleitorais.

Os gastos com administração aumentam ao longo do ciclo eleitoral, atingindo um pico pós-eleitoral, indicando maiores investimentos e ajustes necessários após o pleito. Setores como Agricultura e Organização Agrária apresentam incremento durante as eleições, como estratégia para conquistar apoio dos eleitores rurais, a Assistência Social também registra aumento nesses períodos, alegando maior foco em políticas sociais, visando a manutenção do apoio popular.

Em contrapartida, os gastos em ciência e tecnologia diminuem durante o período eleitoral e não se recuperam integralmente após, denunciando menor prioridade para áreas de longo prazo. Gastos em comunicação e propaganda permanecem estáveis durante o pleito, com aumento após as eleições, sugerindo uso estratégico da comunicação para justificativa ou reforço de imagem. Os gastos com cultura se mantêm relativamente constantes durante o ciclo, mas apresenta redução no pós-eleitoral, evidenciando menor apelo direto ao eleitorado.

A educação sofre redução nas despesas no período eleitoral, seguida de expressivo aumento no pós-eleitoral, mostrando adiamento dos investimentos em períodos não eleitorais. Os Encargos da Dívida, Energia, Iluminação Pública, Gestão Ambiental e Saúde evidencia crescimento progressivo durante e após as eleições, denotando preocupações e priorização em manter a estabilidade financeira, atender expectativas e demandas emergentes, melhorando a infraestrutura, serviços urbanos, questões ambientais e atendimento das necessidades de saúde pública.

Os gastos com Habitação aumentam significativamente durante as eleições, sugerindo uso eleitoral para responder a necessidades habitacionais e ganhar apoio popular. Já Indústria, Comércio e Serviços apresenta crescimento durante o ciclo eleitoral e declinando após, refletindo um possível impulso para o setor apenas durante o período eleitoral.

Setores como Judiciário diminuem durante a eleição e mantêm estabilidade após, demonstrando menor sensibilidade a ciclos eleitorais. A legislação registra aumento mais nítido após o pleito, podendo estar ligado à intensificação da atividade legislativa para consolidar políticas. Os gastos com Previdência Social cresceram nos períodos eleitorais, refletindo aumento das demandas e benefícios sociais de apoio à população idosa. Os gastos com Saneamento, Transporte e Urbanismo são elevados durante as eleições e aumentando mais após, visando atender a demandas emergenciais, com foco contínuo em melhorias na infraestrutura urbana. Os gastos com segurança pública são baixos durante as eleições e aumentam consideravelmente após, refletindo uma reavaliação das necessidades de segurança pós-eleitoral.

Dessa forma, alguns padrões surgem: um aumento geral de gastos em áreas prioritárias sociais e administrativas, de alta visibilidade, como saúde, educação e assistência social, durante e após eleições, apontando maior mobilização orçamentária visando a manutenção do apoio popular; redução ou manutenção temporária em áreas técnicas como ciência, tecnologia e segurança, possivelmente por menor retorno eleitoral direto, devido à priorização de áreas diretamente relacionadas com o apoio eleitoral; e variações significativas conforme características regionais, administrativas e conjunturais como a Covid-19. Esses padrões são úteis para compreender como os ciclos eleitorais influenciam as decisões orçamentárias e a alocação de recursos.

Tabela IV – Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região Nordeste.

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	3.861.554	3.594.509	3.746.578	4.290.873
Agricultura e organização agrária	401.592	366.681	415.591	438.209
Assistência social (“)	960.409	899.580	965.255	1.018.365
Ciência e tecnologia	39.127	29.991	40.946	55.955
Comunicação e propaganda	57.912	39.891	50.453	90.170
Cultura (*)	235.439	275.697	221.135	201.946
Educação	8.675.114	8.436.151	8.501.949	9.136.191
Encargos dívida	460.185	424.878	437.117	535.169
Energia e iluminação pública	201.345	187.943	193.666	235.432
Gestão ambiental	184.326	167.604	185.881	201.440
Habitação	177.262	142.666	221.654	175.611
Indústria, comércio e serviços	166.920	197.969	159.509	133.327
Judiciário	318.389	263.304	289.511	350.718
Legislação	921.391	867.307	929.720	976.918
Previdência social	1.785.850	1.572.323	1.786.505	1.985.856
Saneamento	353.155	340.182	397.533	335.029
Saúde	5.600.413	4.962.478	5.812.482	6.155.853
Segurança pública	139.819	122.144	150.917	158.162
Transporte	397.583	349.217	434.046	424.130
Urbanismo	1.972.669	1.718.270	2.131.657	2.157.025
Outros	3.748	-	-	3.748
Média de gastos na região	1.999.279	1.865.964	2.016.844	2.146.125

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nota: (*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (“) assistência social + trabalho

A Tabela 4 detalha a evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021, na região Nordeste do Brasil, segmentando gastos por categorias e demonstrando os ajustes nos diferentes períodos eleitorais, reforçando a influência do ciclo eleitoral em áreas como saúde, educação, administração e comunicação. As oscilações observadas apontam uma gestão orçamentária que prioriza áreas de maior impacto social e político, revelando estratégias para manutenção do apoio popular e gestão de demandas emergentes. Isso evidencia que, embora o ciclo eleitoral influencia fortemente os gastos públicos, essas decisões são moduladas também por fatores regionais e

emergências excepcionais, demandando análises mais amplas e políticas públicas que promovam a responsabilidade fiscal e a eficiência dos investimentos públicos.

O aumento significativo dos gastos administrativos, após as eleições, sugere esforço concentrado, na administração pública, para estabilizar e ajustar as gestões após a volatilidade do período eleitoral. Na esfera da educação observa-se aumento nos gastos no período e após as eleições, para atender a demandas sociais e demonstrar resultados após o período eleitoral. Os gastos com saúde também aumentam após o período eleitoral, possivelmente devido ao aumento das demandas e pressões para demonstrar avanços na área.

Os gastos com segurança pública aumentam durante e após o período eleitoral, refletindo a necessidade de manutenção da ordem durante um período de maior tensão social e política. Nos gastos com comunicação e propaganda há um aumento significativo após as eleições, indicando o esforço para melhorar a imagem do governo ou promover políticas públicas implementadas.

A contenção dos gastos antes da eleição (2015-2019), denota a preocupação com o equilíbrio orçamentário e controle das expectativas públicas. O aumento nos investimentos em áreas com alta visibilidade e apoio popular durante as eleições (2016-2020) materializa a busca por capital político, enquanto o elevado gasto pós-eleitoral (2017-2021), especialmente nas áreas de administração, saúde, educação e comunicação e propaganda, aponta para a necessidade da concretização de promessas eleitorais e atendimento das demandas da população.

A média geral dos gastos é menor antes e aumenta durante e após o período eleitoral, como estratégia para responder a demandas políticas e sociais, sugerindo um padrão de aumento nos gastos públicos relacionados ao ciclo eleitoral. Esse padrão evidencia o ciclo eleitoral como fator determinante na gestão fiscal municipal, porém com viés oportunista que, ao priorizar ganhos imediatos, compromete a sustentabilidade e a eficiência do gasto público, enfatizando a urgência de melhorias institucionais e maior controle social para mitigar os efeitos adversos desses ciclos.

Tabela V – Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região Sul.

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	2.551.752	2.393.207	2.459.472	2.710.323
Agricultura e organização agrária	998.540	912.142	965.465	1.101.688
Assistência social (*)	666.783	659.724	640.658	654.883
Ciência e tecnologia	75.297	86.728	64.136	71.684
Comunicação e propaganda	33.069	25.196	42.814	33.564
Cultura (*)	163.720	185.601	144.844	140.144
Educação	3.060.206	2.941.959	2.836.192	3.257.504
Encargos dívida	341.764	314.513	329.613	404.247
Energia e iluminação pública	128.758	128.325	126.035	135.881
Gestão ambiental	162.833	164.756	151.365	140.589
Habitação	113.164	122.067	116.062	107.589
Indústria, comércio e serviços	150.038	140.421	135.680	198.362
Judiciário	163.488	160.942	194.994	176.889
Legislação	620.533	575.054	603.940	665.224
Previdência social	757.818	662.161	763.413	870.683
Saneamento	265.665	285.943	259.135	258.271
Saúde	3.650.114	3.315.428	3.572.467	3.875.359
Segurança pública	44.522	36.040	42.648	58.519
Transporte	1.518.716	1.398.100	1.618.725	1.588.677
Urbanismo	1.145.970	1.001.931	1.322.922	1.121.054
Outros	11.836	2.485	21.187	-
Média de gastos na região	1.059.406	984.985	1.040.322	1.118.064

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nota: (*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (**) assistência social + trabalho

A Tabela 5, apresenta a evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região sul do Brasil, destacando aumento contínuo nas despesas com administração e agricultura e organização agrária ao longo dos períodos, refletindo maior alocação de recursos. As despesas com assistência social mostram leve queda durante o período eleitoral, mas aumentam após as eleições, sugerindo contenção de gastos durante campanhas eleitorais.

Há redução nas despesas com ciência e tecnologia e cultura durante e após o período eleitoral, indicando corte nos investimentos em áreas menos visíveis durante campanhas eleitorais. Um aumento significativo nas despesas com comunicação e propaganda durante as eleições, pois campanhas eleitorais demandam maiores investimentos em marketing e comunicação.

Há uma leve diminuição das despesas com educação durante o período eleitoral, seguida por um aumento significativo após as eleições, refletindo maior priorização para a educação em anos não eleitorais. Aumento significativo nas despesas com encargos da dívida após as eleições, refletindo maior alocação de recursos para pagamento de dívidas ou a renegociação em anos subsequentes às eleições. Aumento contínuo nos gastos com saúde durante e após as eleições, revelando prioridade crescente na área da saúde.

Aumento nas despesas com segurança pública durante e após as eleições, evidenciando que as questões de segurança se tornam mais visíveis e urgentes após as eleições. Aumento das

despesas com transporte e urbanismo durante o período eleitoral, com leve diminuição após, destacando investimentos em infraestrutura e mobilidade para atender às necessidades eleitorais, tendo em vista ganhos eleitorais.

A análise dos dados da Tabela 5 aponta variações estruturais nas despesas públicas durante os ciclos eleitorais na região Sul do Brasil. O aumento constante das despesas com comunicação, segurança pública, infraestrutura e agricultura e organização agrária, ao longo dos períodos, não são apenas reflexos das necessidades locais, mas são considerados uso estratégico político desses investimentos para fortalecer apoios eleitorais e atender a demandas específicas do eleitorado.

Tabela VI – Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região Sudeste.

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	9.766.665	10.191.863	8.299.721	10.881.854
Agricultura e organização agrária	881.352	893.941	790.823	913.397
Assistência social (*)	1.568.840	1.618.437	1.455.565	1.628.662
Ciência e tecnologia	302.540	371.069	270.625	242.093
Comunicação e propaganda	115.354	167.983	77.290	90.176
Cultura (*)	410.508	487.972	342.323	386.917
Educação	13.208.501	13.910.222	10.566.365	14.945.100
Encargos dívida	1.216.893	1.046.777	944.253	1.588.150
Energia e iluminação pública	1.012.058	997.121	953.000	1.205.023
Gestão ambiental	1.091.285	1.204.021	949.039	1.107.773
Habitação	284.405	280.882	227.205	319.639
Indústria, comércio e serviços	559.620	586.103	449.123	409.428
Judiciário	556.903	544.236	463.089	683.947
Legislação	1.843.957	1.833.031	1.672.833	2.012.064
Previdência social	3.841.167	3.377.234	3.300.105	4.853.030
Saneamento	1.239.798	1.328.212	1.024.458	1.266.791
Saúde	14.630.570	14.505.171	12.698.002	17.114.761
Segurança pública	748.650	843.193	511.489	848.013
Transporte	1.081.728	1.046.773	984.584	1.207.926
Urbanismo	4.889.875	5.126.914	4.389.180	5.440.559
Outros	14.081	-	14.080	-
Média de gastos na região	3.805.131	3.875.369	3.249.423	4.309.344

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nota: (*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (**) assistência social + trabalho

A Tabela 6 analisa a evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região sudeste do Brasil, revelando comportamentos fiscais que refletem estratégias políticas oportunistas e desequilíbrios na gestão pública. As despesas com administração diminuem durante o período eleitoral e aumentam significativamente após, indicando um adiamento de gastos para evitar desgastes eleitorais, seguido de aumento para ajuste das contas públicas, demonstrando uma falta de planejamento consistente, podendo comprometer a estabilidade fiscal.

As despesas com agricultura e organização agrária diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam após as eleições. As despesas com assistência social caem durante o período eleitoral, mas retornam a valores elevados após as eleições, refletindo ajustes nos gastos para manter apoio

popular durante a campanha e atender a demandas sociais após as eleições. Há uma redução significativa nas despesas com ciência e tecnologia durante e após as eleições, revelando uma negligência com áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país, sacrificadas em nome de ganhos políticos imediatos.

O aumento notável das despesas com comunicação e propaganda antes das eleições, é claramente associado ao gasto com campanhas eleitorais e, embora esperado, essa prática reforça a ideia do uso das finanças públicas para fins político-eleitorais, destoando o princípio do uso eficiente e transparente dos recursos públicos. A queda dessas despesas durante e após o pleito apenas confirma que tais gastos são estritamente eleitorais e não permanentes.

As despesas com cultura e educação diminuem durante o período eleitoral com um aumento expressivo após as eleições, revelando uma gestão fiscal segmentada e oportunista, que sacrifica áreas essenciais em prol do ciclo político eleitoral. As despesas com encargos da dívida caem durante o período eleitoral, possivelmente devido a contenção de gastos. As despesas com saúde diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam substancialmente após as eleições, indicando uma resposta a necessidades emergentes. As despesas com segurança pública diminuem significativamente durante as eleições e aumentam após, refletindo a necessidade de atender a questões de segurança que são mais evidentes após o ciclo eleitoral. As despesas com transporte e urbanismo diminuem durante o período eleitoral, mas aumentam após as eleições, sugerindo um foco maior em projetos de infraestrutura e urbanismo após o ciclo eleitoral.

A análise dos dados, revela que na região Sudeste do Brasil, os gastos públicos apresentam uma redução significativa durante o período eleitoral em áreas que não impactam diretamente o eleitorado ou que não estão associadas a promessas eleitorais, podendo estar relacionado a uma contenção estratégica de despesas para evitar desgastes políticos ou direcionar recursos a outras áreas consideradas prioritárias na campanha. Após as eleições, verifica-se um aumento nos gastos, refletindo a necessidade de retomar projetos, ajustar políticas interrompidas e atender demandas emergentes, evidenciando um comportamento fiscal reativo, orientado por ciclos eleitorais e não por planejamento contínuo. As áreas como administração, educação, saúde e urbanismo mostram variações significativas nos gastos, indicando que essas prioridades podem ser manipuladas conforme estratégias eleitorais, buscando maximizar o impacto junto ao eleitorado, mas com comprometimento da sustentabilidade fiscal e da eficiência na gestão a longo prazo.

Tabela VII – Evolução média das despesas empenhadas 2015-2021 da região Centro Oeste.

Despesas	Média 2015-2021	Antes eleição 2015/2019	Durante eleição 2016/2020	Após eleição 2017/2021
Administração	5.398.306	5.029.731	5.459.006	5.777.910
Agricultura e organização agrária	398.108	377.092	394.491	425.836
Assistência social (*)	1.131.098	1.088.282	1.168.399	1.179.415
Ciência e tecnologia	40.281	32.221	45.182	36.536
Comunicação e propaganda	62.421	73.289	71.097	56.652
Cultura (*)	226.130	239.182	225.653	211.004
Educação	7.172.007	7.059.791	7.021.431	7.550.284
Encargos dívida	587.232	520.672	648.016	663.354
Energia e iluminação pública	382.234	362.699	432.796	368.499
Gestão ambiental	275.130	236.931	305.718	305.883
Habitação	227.773	172.319	307.753	221.904
Indústria, comércio e serviços	273.675	249.414	249.950	325.285
Judiciário	278.553	182.115	405.438	318.960
Legislação	1.274.106	1.220.212	1.266.441	1.357.840
Previdência social	1.389.461	1.230.306	1.412.519	1.543.888
Saneamento	609.419	504.737	669.033	6544.667
Saúde	7.062.274	6.301.436	7.425.315	7.830.406
Segurança pública	58.807	53.123	69.522	45.494
Transporte	1.378.536	1.250.724	657.175	1.465.501
Urbanismo	2.334.217	2.121.498	2.797.870	2.330.535
Outros	74.388	2.896	7.000	180.609
Média de gastos na região	2.010.873	1.865.540	2.091.098	2.153.796

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nota: (*) Cultura + direito da cidadania + desporto e lazer; (**) assistência social + trabalho

A Tabela 7 demonstra a evolução média das despesas empenhadas entre 2015 e 2021 na região Centro Oeste do Brasil, evidenciando que os gastos com administração, assistência social, encargos da dívida, gestão ambiental, previdência social e saúde aumentam durante e após o período eleitoral, indicando que os municípios podem estar ajustando seus orçamentos administrativos em resposta às mudanças políticas e necessidades emergentes. A análise dos dados revela padrões que, embora estejam em consonância com a teoria dos ciclos político-orçamentários, mostram uma gestão orçamentária marcada por estratégias eleitorais e interesses políticos que sobrepõem a continuidade e a eficiência administrativa.

Há um aumento constante nos gastos com agricultura e organização agrária após o período eleitoral, enquanto as despesas com cultura diminuem, indicando uma transferência seletiva de recursos que favorece setores com maior apelo político imediato, em detrimento de áreas igualmente relevantes, mas menos visíveis para o eleitorado.

No Centro-Oeste, observa-se uma contenção dos gastos públicos antes das eleições, em áreas menos visíveis para os eleitores, seguida de um aumento nos gastos durante o pleito em setores de maior impacto sociopolítico, como saúde, segurança pública e comunicação, refletindo uma tentativa explícita do uso do orçamento público para captação de votos. Após as eleições, o padrão de aumento dos gastos em diversas áreas, sugere ajustes e investimentos adiados, a fim de

atender a necessidades acumuladas ou projetos adiados, reforçando o oportunismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução média das despesas empenhadas em períodos eleitorais (antes, durante e após as eleições) nas diferentes regiões do Brasil, de 2015 a 2021, revela tendências e padrões consistentes em relação aos gastos públicos.

Este estudo que compreende os cem menores municípios brasileiros mostra que, antes das eleições, os gastos se mantêm estáveis ou apresentam leve aumento para estabilizar e manter a satisfação pública. Durante o período eleitoral, há um aumento visível dos gastos em áreas estratégicas que impactam diretamente a qualidade de vida, visando garantir apoio popular e influenciar a opinião pública. Após as eleições, os gastos permanecem altos ou aumentam mais, refletindo a busca por apoio contínuo, consolidando os ganhos eleitorais para compensar os gastos excessivos e atender a promessas de campanha.

No entanto, há uma disparidade regional, nas regiões Norte e Sudeste, o aumento dos gastos durante os anos eleitorais é mais acentuado, enquanto no Nordeste também há elevações significativas em diversas categorias, como saúde, educação e infraestrutura, mas com notável dependência das transferências federais. As estratégias políticas direcionam recursos para setores com maior apelo eleitoral, deixando de lado áreas técnicas menos visíveis. A pandemia da Covid-19 agravou ainda mais esse cenário, com aumentos expressivos nos gastos voltados à saúde e assistência social nos anos de 2020 e 2021, influenciando significativamente o aumento das despesas públicas, o que, embora justificado, intensificou a fragilidade fiscal.

Os gestores municipais utilizam o orçamento como estratégia, manipulando os gastos para influenciar o eleitorado, evidenciando o oportunismo político, sobretudo em contextos de alta dependência fiscal e capacidade administrativa limitada, como nos pequenos municípios, comprometendo a saúde financeira dos entes públicos e a eficiência na gestão dos recursos.

Assim, apesar dos avanços normativos e da crescente pressão por transparência, esse padrão cria um ciclo de decisões fiscais que privilegia o curto prazo eleitoral em detrimento do planejamento fiscal de longo prazo e da efetividade das políticas públicas. Refletindo uma estratégia política comum de direcionar recursos para áreas com impacto visível e imediato na qualidade de vida dos cidadãos, de forma a garantir o apoio dos eleitores, refletindo uma gestão orçamentária estratégica, onde os investimentos são ajustados em resposta às prioridades eleitorais.

Esses resultados confirmam a teoria dos ciclos políticos-orçamentários descrita por Downs (1957). Portanto, a compreensão desses fenômenos reforça a necessidade de mecanismos de controle e capacitação técnica dos gestores para minimizar os efeitos negativos do comportamento

oportunista, além de estudos futuros que ampliem o recorte temporal, regional e metodológico para fornecer subsídios mais profundos e abrangentes à melhoria da gestão pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- Bartoluzzio, A. I. S. de S.; Anjos, L. C. M. dos. **Ciclos Políticos e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros**. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.167-180, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Blais, A.; Nadeau, R. **The electoral budget cycles**. *Public Choice*, v.74, p. 389-403, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00137686>.
- Brender, A.; Drazen, A. **Political Budget Cycles in New Versus Established Democracies**. *Journal of Monetary Economics*, v. 52, p. 1271-1295, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.04.004>
- Chortareas, G.; Logothetis, V.; Papandreou, A. A. **Political Budget Cycles and Reelection Prospects in Greece's Municipalities**. *European Journal of Political Economy*. v.43, p. 1-13, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.02.001>
- Conraria, L. A.; Magalhães, P. C.; Soares, M. J. **The nationalization of electoral cycles in the United States: a wavelet analysis**. *Public Choice*, v.156, p. 387-408, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11127-012-0052-8>
- Downs, A. **An economic theory of political action in a democracy**. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957. DOI: <https://doi.org/10.1086/257897>
- Fernandes, A. S. A.; & Souza, T. S. **Ciclo orçamentário brasileiro**. Brasília: Enap. 2019. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4280>
- Fiirst, C., et al. **Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos**. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 17, n.1, p.127-144. 2019. DOI: <https://doi.org/10.19094/contextus.v17i1.33608>
- Goeminne, S.; Slmolders, C. **Politics and Public Infrastructure Investments in Local Governments: Empirical Evidence from Flemish Municipalities (1996–2009)**. *Government Studies*, v.40, n.2, p. 182-202, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2013.790813>
- Guelman Davis, P.; Souza, A. A. de. **Análise Comparativa da Eficiência Alocativa das Despesas Públicas Municipais utilizando Mineração de Dados**. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v.13, n. 4., 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351568433009>
- Guerra, D. L. B.; Netto Junior, J. L. da S.; Aragón, E. K. da S. B. **Ciclos políticos e resultados fiscais na América Latina**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7813>
- Guo, G. **China's Local Political Budget Cycles**. *American Journal of Political Science*, v.53, n.3, p. 621–632, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2009.00390.x>
-

Hamada, H. H.; Moreira, D. J.; Milla, E. S.; Oliveira, S. A. de. **Endividamento público municipal perante a lei de responsabilidade fiscal: uma análise do município de Belo Horizonte no período de 2002 a 2017.** *Revista Conhecimento Contábil*, Mossoró/RN, v. 8, n. 1, p. 25-39. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/762>

Klein, F. A.; Sakurai, S. N. **Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a Young democracy.** *European Journal of Political Economy*, v. 37, p. 21-36. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008>

Machado, A. D. S.; Oliveira, G. de; Almeida, H. J. F. **Ciclo político orçamentário e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios do Sul do Brasil no período de 2015 a 2018.** *Revista Estudo & Debate em Gestão e Planejamento*, Lajeado, v. 29, n. 1. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v29i1a2022.3055>

Maciel, M. de N. O.; Maciel, L. Y. O.; Castro, E. A. B. de. **Cidades do Pará: gastos públicos em comparação com o índice de desenvolvimento humano.** *Contemporânea - Contemporary Journal*, v. 5, n. 1, p. 01-22. 2025.

DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV5N1-010>

Macrae JR, D. **Introducing Undergraduates to Public Policy Analysis by the Case Method.** *Policy Studies Journal*. 1977. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1977.tb01332.x>

Mendes, M. J. **Federalismo fiscal e crescimento do governo: Evidências eleitorais para o Brasil.** In: *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa. ANPEC, 2024. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A023.pdf>

Mendonça, H. F.; Machado, M. R. **Public debt management and credibility: Evidence from an emerging economy.**

Economic Modelling, v. 30, p. 10-21. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2012.09.009>

Nakaguma, M. Y.; Bender, S. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro.** *RBE*. Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 3–24. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402010000100001>

Nordhaus, W. **The political business cycles.** *Review of Economic Studies*, v.42. p.169–190. 1975. DOI: <https://doi.org/10.2307/2296528>

Oliveira, F. A. D.; Nobrega, W. C. L.; & Maia, S. F. **Reação fiscal, rigidez orçamentária e a sustentabilidade da dívida pública no Brasil: uma abordagem por meio de MS-VECM.** *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-153. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-53575214fws>

Pelagidis, T.; Mitsopoulos, M. **Vikings in Greece: Kleptocratic interest groups in a closed, rent-seeking economy.** *Cato Journal*, v.29, p. 399-416. 2009. Disponível em: e-rooster.gr

Pinto, N. G. M.; Coronel, D. A.; Vieira, K. M.; Ceretta, C. S. **A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, São Paulo, v.11, n.1, p.393-419. 2015. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article>

Puchale, C. L.; Pereira, O. L. F.; Veloso, G. O.; Feistel, P. R. **A influência de ciclos político-**

econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. *Política & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 44, p. 229-256. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2020v19n44p229>

Queiroz, D. B. D.; Moraes, L. M. F. D.; *et al.* **Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros.** *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 11, n. 2. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326008>

Sakurai, S. N. **Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel.** *Estudos Econômicos*, v.39, n.1, p.39-58. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000100002>

Sakurai, S. N.; Menezes Filho, N. A. **Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities.** *Public Choice*, v.137, p. 301–314. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>

Sanches, O. M. **O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988.** *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 63-76. 1993. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8549>

Shi, M.; Svensson, J. **Political budget cycles: Do they differ across countries and why?** *Journal of Public Economics*, v.90, p.1367-1389. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>

Sousa, K. M. D.; Monte, P. A. D. **Composição do gasto público e descentralização fiscal em governos locais brasileiros: uma análise por regressão quantílica incondicional com dados longitudinais.** *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 55, n.6. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200864>

Tufte, E. **Political control of the Economy.** New Jersey: *Princeton University*. 1978. Disponível em: <https://www.princeton-university>

Wyse, M. N. O.; Machado, D. P.; Gomes, D. G. de; Fernandez, R. N. **Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública.** *Revista Gestão & Conexões*, Vitória (ES), v. 11, n. 3, p. 55-73. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47456/regec.23175087.2022.11.3.38335.55.73>
